

## **CONSTRUÇÃO EUROPEIA, IDENTIDADE E PARTICIPAÇÃO PARA A QUALIDADE DE VIDA**

**Sónia Galinha**

[Sonia.galinha@ese.ipsantarem.pt](mailto:Sonia.galinha@ese.ipsantarem.pt)

*Professora Doutora - ESES Escola Superior de Educação de Santarém (Portugal)*

*Investigadora do CIE – UMA Unidade de I&D da FCT (Portugal)*

### **RESUMO**

O reforço da ideia de uma União efetiva desencadeia o aumento das expectativas dos cidadãos em relação aos seus direitos, liberdades e garantias, bem como à efetivação da sua participação cívica (*práticas* jurídicas, políticas, económicas e culturais, na perspetiva de Turner, 1993) como via de integração no projeto europeu que se pretende ser vinculativo e inclusivo, numa recomposição social e suas implicações na coesão social para as perspetivas de futuro que se colocam a Portugal e à Europa nas próximas décadas. A promoção da cidadania é um elemento fundamental para promover a qualidade de vida europeia e o único veículo que permitirá uma maior aproximação dos cidadãos às instituições europeias. Acresce que o Programa do XIX Governo Constitucional refere expressamente a necessidade de «*assegurar a participação de Portugal na linha da frente da construção europeia*». A cidadania europeia é assim um vínculo especial entre cada europeu e a UE, um laço que não substitui, mas antes complementa, as cidadanias nacionais. A cidadania europeia confere diversos direitos, consagrados em tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais. O conceito de cidadão refere-se então a uma realidade dinâmica.

Neste âmbito, este artigo apresenta i) um conjunto de indicadores cidadãos e instituições europeias, ii) desenvolvimento comunitário – identidade e diversidade, iii) Visão Comparada da ASC para o Bem-estar partindo de uma Perspetiva Europeia, iv) Estatísticas Europeias e Ibero (americanas), v) Justificação do Estudo e Metodologia de Projeto - no âmbito da Animação Turística - Educação Não Formal, com uma amostra de sujeitos de várias nacionalidades selecionada em Lisboa. Como resultados a promoção da Cidadania e o Turismo surgem como privilegiados para a dinamização e desenvolvimento do território em estudo, predominantemente nas vertentes culturais, educativas/inclusivas e criativas.

**Palavras Chave:**

Construção Europeia, Cultura, Educação Social, Bem-estar.

**RÉSUMÉ**

Renforçant l'idée d'une Union efficace déclenche les attentes croissantes des citoyens sur leurs droits et libertés ainsi que l'efficacité de leur participation civique (pratiques juridiques, point de vue politique, économique et culturel dans Turner, 1993) comme un moyen d'intégration dans le projet européen qui vise à être contraignant et inclusive, une recomposition sociale et ses implications pour la cohésion sociale pour les perspectives d'avenir de relever le Portugal et l'Europe dans les prochaines décennies. La promotion de la citoyenneté est un élément clé pour la promotion de la qualité de vie européenne et le seul véhicule qui permettra aux citoyens de plus près à l'élément institutions européennes. En outre, la dix-neuvième gouvernement constitutionnel de programme prévoit expressément la nécessité de «veiller à la participation du Portugal à l'avant-garde de l'intégration européenne». La citoyenneté européenne est donc un lien spécial entre chaque européen et de l'UE, un lien qui ne remplace pas mais complète la citoyenneté nationale et non.

**Construção europeia, identidade e participação  
para a qualidade de vida.**

**Copyleft: Sónia Galinha**

Citoyenneté européenne confère différents droits énoncés dans les traités et la Charte des droits fondamentaux. Le terme citoyen se réfère alors à une réalité dynamique.

Dans ce contexte, cet article présente i) un ensemble d'indicateurs citoyens et les institutions européennes, ii) le développement communautaire - l'identité et de la diversité, iii) Étude comparative de l'ASC pour de bien-être à partir d'une perspective européenne, iv) les statistiques européennes et latine (américaine), v) Justification de l'étude et de projet - sous Activités touristiques - l'éducation non formelle, avec un échantillon de sujets choisis dans diverses nationalités à Lisbonne. Comme résultats, la promotion de la citoyenneté et du tourisme émergent comme la clé de la revitalisation et le développement du territoire à l'étude, principalement dans les aspects culturels, éducatifs / inclusives et créatives.

### **Mots clés:**

construction européenne, culture, éducation sociale, de bien-être

### **Cidadãos e Instituições**

A promoção da cidadania é um elemento fundamental para promover a solidariedade europeia e o único veículo que permitirá uma maior aproximação dos cidadãos às instituições europeias. Acresce que o Programa do XIX Governo Constitucional refere expressamente a necessidade de «*assegurar a participação de Portugal na linha da frente da construção europeia*». O Governo considera ser, assim, necessário investir no apoio ao desenvolvimento de iniciativas que contribuam de forma eficaz para a promoção da cidadania europeia, razão pela qual resolve determinar a execução a nível nacional de atividades associadas ao Ano Europeu dos Cidadãos. Assim, de acordo com a Presidência do Conselho de Ministros, Resolução do Conselho de Ministros n.º

31/2013, a União Europeia funda-se nos valores da dignidade humana, da liberdade, da igualdade e da solidariedade. Esses princípios são comuns a todos os Estados-Membros, nos quais imperam o respeito pelo pluralismo, a não-discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres.

Todos os cidadãos da União Europeia gozam dos direitos previstos no Tratado da União Europeia, no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O ano de 2013 corresponde ao vigésimo aniversário da instituição da cidadania da União, pelo Tratado de Maastricht em 1993, que estabeleceu o conceito de Cidadania da União Europeia. Neste enquadramento, o Parlamento Europeu e o Conselho declararam o ano de 2013 como o Ano Europeu dos Cidadãos, através da Decisão n.º 1093/2012/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012. Na sua essência, o Ano Europeu dos Cidadãos pretende construir uma Europa melhor para os seus cidadãos, convidá-los a participar no debate sobre o futuro da Europa e informar os cidadãos sobre os seus direitos como cidadãos da União.

A Comissão Europeia tem apelado aos Estados – Membros para que a promoção da cidadania se torne numa prioridade política (Galinha, 2010). Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2013 a pressão que o processo de integração europeia está a sofrer no momento presente só poderá ser contrariada com o reforço do sentimento de pertença e de identidade dos cidadãos à União Europeia<sup>1</sup>.

## **Desenvolvimento Comunitário – Identidade e Diversidade**

A Grécia Antiga foi uma união de cidades-estado, na qual uma primitiva forma de democracia se desenvolveu. Atenas foi a sua cidade mais poderosa e um berço de ensinamento nos tempos de Péricles. Surgiram os mais notáveis filósofos clássicos, como Platão e Aristóteles. Como rei do Reino Grego da

Macedónia, as campanhas militares de Alexandre, *o Grande*, espalharam a cultura Helenística e os ensinamentos até às nascentes do rio Indo. O Renascimento, movimento cultural que afectou profundamente a vida intelectual europeia no seu período pré-moderno, começou em Itália e espalhando-se de norte a oeste, durante 250 anos afectou a literatura, a filosofia, a arte, a política, a ciência, a história, a religião entre outros aspectos culturais. Nos séculos XV e XVI, o contínuo entusiasmo pela antiguidade clássica foi reforçado pela ideia de que a cultura herdada estava a dissipar-se e que havia um conjunto de ideias e atitudes com que seria possível reconstruí-la. Desde o Renascimento e a Era dos Descobrimentos, a Europa sofreu grande influência na cultura, economia e movimentos sociais. A demografia da Europa é importante, não apenas historicamente, mas também na compreensão das relações internacionais. Para Cuenca (2007) o conceito de cidadania apresenta uma grande trajetória na cultura do ocidente. Desde a sua aparição, a democracia está unida à preparação dos cidadãos nos diferentes âmbitos de participação. Outrora, do ponto de vista linguístico, o Dicionário da Real Academia Española entende, na sua edição de 1943, que a cidadania é “qualidade e direito do cidadão”. Mais tarde incorpora a ideia de “conjunto de cidadãos de um povo ou nação” e, na edição de 2001 acrescenta “comportamento próprio de um bom cidadão”. O termo aglutina assim, no seu significado uma componente emocional, de pertença; e outra, racional, de direitos/ deveres e justiça.

A adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia celebrada no dia 12 de Junho de 1985 para produzir efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 1986, proporcionou pela constituição europeia a fundamentação de um a nova cidadania em dois pontos “1. Toda a pessoa é um fim em si mesmo, possuindo dignidade 2. Protecção, defesa dos direitos cívicos e sociais de todos os europeus”. Pela vasta literatura revisitada disponível à data<sup>ii</sup>, podemos definir que a cidadania é uma ligação entre um indivíduo e uma entidade territorial e política, fundamentada num contexto e prática de participativa. A cidadania

européia é assim um vínculo especial entre cada europeu e a UE, um laço que não substitui, mas antes complementa, as cidadanias nacionais. A cidadania europeia confere diversos direitos, consagrados em tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais. Por estes motivos, todos os cidadãos europeus devem conhecer os seus direitos e poder exercê-los plenamente no seu dia-a-dia. Os direitos dos cidadãos da UE estão consagrados na segunda parte do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e no capítulo V da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia foi adotada em 2000. Este documento inclui princípios consagrados na Convenção Europeia dos Direitos Humanos de 1950, os resultantes das tradições constitucionais comuns dos países da UE, bem como os direitos económicos e sociais encerrados na Carta Social do Conselho da Europa e na Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores. É composta por 54 artigos, que listam aquele que é o património cultural e legal europeu nos capítulos da dignidade humana, das liberdades, da igualdade, da justiça, da solidariedade e da cidadania.

Segundo Peres (2007), através da Educação e da Cultura, é imprescindível assumir as três gerações de Direitos Humanos como uma exigência à escala planetária:

- ✓ Direitos de Primeira Geração – Direitos Cívicos e Políticos – fazem referência às liberdades individuais ou direitos civis (liberdade de pensamento...)
- ✓ Direitos de Segunda Geração – Direitos Económicos, Sociais e Culturais – como referentes da inclusão social (direito ao trabalho, serviços culturais e sociais...)
- ✓ Direitos de Terceira Geração – Direitos dos Povos ou da Solidariedade – justiça e solidariedade como pilares de um mundo sustentável (direito ao desenvolvimento, direito defesa e proteção da natureza, contra a discriminação, direito à autodeterminação e independência, pela multiculturalidade e direito à paz...)

**Construção europeia, identidade e participação  
para a qualidade de vida.**

Copyright: Sónia Galinha

O conceito de cidadão refere-se então a uma realidade dinâmica, com mais do que uma definição. A cidadania foi-se ampliando como resultado do desenvolvimento social e civil do estado democrático. O cidadão é por sua vez o resultado do progresso civil (alargado até aos jovens e mulheres), social (estado de Bem-estar) e político (mecanismo de participação e representação mais amplos e eficientes). Assim, a cidadania é uma noção dinâmica que deverá evoluir acompanhando o progresso da União. O reforço da ideia de uma União efetiva desencadeia o aumento das expectativas dos cidadãos em relação aos seus direitos, liberdades e garantias, bem como à efetivação da sua participação cívica como via de integração no projeto europeu que se pretende ser vinculativo e inclusivo. Segundo Peres (2007), decorrente da mundivivência, a animação, para ser sociocultural deverá incorporar as suas dimensões intrínsecas – educativa, social e cultural – num projeto amplo de desenvolvimento social. Defendemos a construção conjunta do conhecimento e da vida cultural, em que a animação sociocultural visa projetos reflexivos, não só activos, mas críticos e auto-críticos.

Petrella (2002) afirma que os dois princípios fundadores das sociedades modernas ocidentais estão debilitados: a cidadania e a solidariedade. A participação cidadã é um processo de responsabilização de toda a sociedade, onde se cultivam valores, atitudes e se desenvolvem competências sociais, cognitivas, culturais na procura de uma resolução conjunta e solidária para os problemas encontrados no quotidiano. Nesta base, ser CIDADÃO, significa envolver-se ativamente na vida das comunidades e na democracia política, a todos os níveis. Ser cidadão é um dever que nos advém também de viver num espaço civilizacional que nos salvaguarda direitos essenciais. Na UE, vivemos em estados de Direito, em democracias que respeitam e promovem os direitos humanos, combatendo a discriminação e defendendo a educação, a cultura, a iniciativa e o desenvolvimento sustentável<sup>iii</sup>. Ser CIDADÃO EUROPEU permite-nos estudar, trabalhar, residir, ser voluntário, receber cuidados médicos,

transferir direitos de segurança social, viajar ou fazer turismo, sem perder a nossa identidade (Galinha, 2008).

Seguindo as conclusões do *Conselho Europeu de Lisboa de Março de 2000*, em que foi confirmada a aposta na aprendizagem ao longo da vida, novos desafios se colocam à educação de forma a garantir aos cidadãos a participação num contínuo de aprendizagem. A construção da sociedade de informação e do conhecimento é cada vez mais um imperativo pois constitui um pilar para uma sociedade mais participada e mais coesa contribuindo para o desenvolvimento de competências dos cidadãos. A aprendizagem ao longo da vida pode constituir-se como um dos pilares básicos da cidadania activa tornando-se urgente aprofundar os conhecimentos sobre novos contextos de aprendizagem e proporcionar os dispositivos adequados aos ritmos e disponibilidades dos cidadãos, reconhecendo que as competências também se adquirem em ambientes não formais.

Ser voluntário é uma das formas mais eficazes de pôr em prática o espírito de cidadania. Todos podem ser voluntários em qualquer parte da Europa. Para além de trazer benefícios para as comunidades locais, os voluntários que actuam no espaço europeu adquirem novas competências, criam redes de contactos, aprendem novas línguas e descobrem outras culturas. Pode ser-se voluntário num país que não o de residência. O voluntariado pode decorrer em várias áreas: cultura, ambiente, serviço social, juventude, desporto, protecção civil ou cooperação para o desenvolvimento.

Podemos ainda referir que de uma forma geral, observa-se nas comunidades a assumpção do Poder Identitário na perspectiva de Castells (1999). Nesta linha, segundo Cortina (1999, p. 188)

*“cultura é o conjunto de pautas de pensamento e de conduta que dirigem e organizam as atividades e produções materiais e mentais de um povo, no seu intento de adaptar o meio em que vive às suas necessidades, e que pode diferenciá-lo de qualquer outro”.*

Para Wolkmer (2007), na pós-modernidade em curso, também a cultura não pode ser caracterizada como monolítica, imutável, homogénea e sem contradições. Os múltiplos sistemas filosóficos, sociais e políticos estão abertos a práticas, modelos e formas de representação, marcados pelas diferenças, identidades e especificidades culturais. As várias dimensões étnicas, morais e religiosas comprovam a cada dia que o pluralismo é o paradigma nuclear das sociedades contemporâneas.

Refira-se que em 16 de Novembro de 2007 o *Conselho da União Europeia* aprovou uma Resolução na qual, pela primeira vez, era definida uma estratégia comum para os Estados Membros da União Europeia em matéria de Cultura<sup>iv</sup>: a *Agenda Europeia para a Cultura*. Intimamente associada aos desafios da criatividade e da inovação, a cultura desempenha um papel cada vez mais relevante na economia dos Estados, no empreendedorismo cultural e social, situação comprovada pelos diversos estudos efectuados recentemente a nível internacional sobre a economia da cultura. Refira-se o estudo efectuado pela Comissão Europeia em 2006 que sublinhou, entre outras coisas, o crescente impacto económico do sector cultural. A *Agenda Europeia para a Cultura* identifica três grandes objectivos estratégicos: a) Promoção da diversidade cultural e do diálogo intercultural; b) Promoção da cultura como catalisador da criatividade no âmbito da *Estratégia de Lisboa* para o crescimento, o emprego, a inovação e a competitividade; c) Promoção da cultura como elemento vital nas relações internacionais da União; através de: a) Diálogo regular e estruturado com o sector cultural e com a sociedade civil; b) *Método Aberto de Coordenação* (MAC) – mecanismo de coordenação entre Estados Membros já utilizado em outros domínios, que faz convergir as políticas nacionais sobre temas de interesse comum (nomeadamente em áreas de importância europeia mas de competência dos Estados ou de acentuada diversidade nacional). A Resolução do Conselho prevê, igualmente, que os objectivos da *Agenda Europeia para a Cultura* sejam implementados mediante planos de trabalho

trianuais. Para o período 2008-2010, foram estabelecidas as seguintes acções prioritárias no âmbito dos objectivos estratégicos da *Agenda Europeia da Cultura*:

1. Melhorar as condições para a mobilidade dos artistas e de outros profissionais do campo da cultura.
2. Promover o acesso à cultura, nomeadamente através da promoção do património cultural, do multilinguismo, da digitalização, do turismo cultural, das sinergias com a educação – especialmente a artística – e de uma maior mobilidade das colecções de arte;
3. Desenvolver estatísticas e metodologias no sector cultural e incrementar a sua comparabilidade;
4. Optimizar as potencialidades das indústrias culturais e criativas<sup>v</sup>. *O Grupo de Trabalho dedicado às Indústrias Culturais e Criativas* tem vindo a debruçar-se sobre as potencialidades das indústrias culturais e criativas.
5. Promover e implementar a *Convenção da UNESCO sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*<sup>vi</sup>.

Já após a adopção da *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, em 1972, alguns países manifestaram interesse na protecção do património imaterial. Nesta linha, a UNESCO<sup>vii</sup> veio a adoptar, em 1989, a *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore*. Na sequência desta Recomendação, a UNESCO lançou um conjunto de iniciativas dentro deste âmbito: *Tesouros Humanos Vivos; Línguas em Perigo no Mundo; Música Tradicional*. Contudo, em 1999, o Conselho Executivo da Organização decidiu criar uma distinção internacional intitulada *Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* para distinguir os exemplos mais notáveis de espaços culturais ou formas de expressão popular e tradicional como as línguas, a literatura oral, a música, a dança, os jogos, a mitologia, rituais, costumes, artesanato, arquitectura e outras artes, bem como formas tradicionais de comunicação e informação.

A *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* aprovada em Outubro de 2003 entrou em vigor a 20 de Abril de 2006. Portugal ratificou a Convenção no dia 26 de Março de 2008. Esta Convenção tem por objectivos:

- a) A salvaguarda do património cultural imaterial;
- b) O respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, dos grupos e dos indivíduos em causa;
- c) A sensibilização, a nível local, nacional e internacional, para a importância do património cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo;
- d) A cooperação e o auxílio internacionais, no quadro de um mundo cada vez mais globalizado, que ameaça uniformizar as culturas do mundo aumentando simultaneamente as desigualdades sociais.

Para efeitos desta Convenção, considera-se património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. O património cultural imaterial manifesta-se nos seguintes domínios:

- ✓ Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;
- ✓ Artes do espectáculo;
- ✓ Práticas sociais, rituais e eventos festivos;
- ✓ Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza;
- ✓ Aptidões ligadas ao artesanato tradicional.

Por seu turno, a Convenção da UNESCO sobre a *Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* foi adoptada em Outubro de 2005, na 33ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, tendo entrado em vigor em 18 de Março de 2007. Até ao momento foi adoptada por 93 Estados, entre os quais Portugal, que ratificou a Convenção em 16 de Março de 2007. O Comité

Intergovernamental realizou até ao final de 2008 três sessões: Dezembro de 2007 (1ª Sessão Ordinária), Junho de 2008 (1ª sessão Extraordinária) e Dezembro de 2008 (2ª sessão Ordinária). Em Março de 2009 realizou-se uma 2ª sessão Extraordinária, que ultimou as conclusões e os documentos da 2ª Conferência das Partes de Junho de 2009.

Em Portugal a execução da Convenção manifestou-se principalmente nos seguintes eventos: VII Conferência de Chefes Estado e de Governo da CPLP (Lisboa, 25 de Julho de 2008) – Declaração de Lisboa, ponto 23.viii)- destaque para a importância da ratificação, pelos Estados-membros da CPLP, da Convenção da UNESCO sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais; e a 1ª edição dos Dias do Desenvolvimento (Lisboa, 5-8 de Junho de 2008) – iniciativa do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), com a colaboração de vários Ministérios, Organizações da Sociedade Civil, ONGDs, associações empresariais, universidades, fundações e câmaras municipais, que teve como tema *A cooperação portuguesa: a língua e a cultura na promoção do desenvolvimento*. No âmbito desta iniciativa, que teve por objectivo sensibilizar a opinião pública portuguesa para as prioridades, os desafios e os actores da cooperação para o desenvolvimento; partilhar experiências, congregar energias, enriquecer o conhecimento mútuo e dar a conhecer a uma opinião pública alargada a diversidade e a riqueza da cooperação para o desenvolvimento, o GPEARI realizou um Seminário sobre *Cultura e Desenvolvimento*, sendo um dos temas abordados *A Convenção da UNESCO sobre a Diversidade Cultural*.

### **Visão Comparada da ASC para o Bem-estar partindo de uma Perspetiva Europeia**

De acordo com Valente (2010), a (agora) instituição Fundação INATEL é um caso único a nível mundial, pelos seus antecedentes históricos, pela tutela estatal que mantém em democracia, pelo espaço dominante que ocupa e a

importância dos serviços prestados ao país na área das políticas sociais. No âmbito dos vários regimes políticos totalitários surgidos após a I Guerra Mundial nasceram formas de integração política dos lazeres dos trabalhadores e populares. Em 1999, ao analisarmos o estado da questão quanto à história inicial da FNAT (Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho)<sup>viii</sup> encontramos uma noção comum da filiação no modelo das congéneres italiana e alemã, com tendência a sobrevalorizar o contributo da «Dopolavoro»<sup>ix</sup>. Como refere o autor (Valente, 2010, p. 245) a FNAT foi infraestrutura de prestação de serviços, realçada como instrumento eficaz na concretização da política social do Estado Novo onde *“milhares de portugueses utilizaram com prazer e proveito as potencialidades da instituição do desporto, do turismo e de actividades culturais”*.

Segundo Ventosa (2007), as mudanças de século e ainda mais as de milénio, constituem momentos especialmente propícios para fazer uma análise. Precisamente uma das conquistas mais importantes da história europeia foi a progressiva convergência democrática e sociocultural até chegar à criação da atual União Europeia. Ainda segundo Ventosa (2007), há que situar os seus inícios mais sólidos no impulso definitivo que o Conselho de Europa através do seu Conselho de Cooperação Cultural imprimiu ao chamado Projecto Animação Sociocultural durante os anos 70 (Ventosa, 2002).

Podemos especificar que a participação cidadã é um processo democrático que possibilita o desenvolvimento da cidadania activa. Considerar a participação social como um aspecto básico na educação significa desenvolver atitudes de auto-estima e sentido crítico para intervir dentro do contexto social. É por isso que a ASC não surge do nada, nem por geração espontânea, é porém fruto de um processo histórico europeu desenvolvido ao longo da segunda metade do século XX e caracterizado por dois pontos fundamentais: 1) o desenvolvimento progressivo da democracia como sistema político comum a todos os países europeus e 2) a busca de uma identidade cultural europeia com base fundamental da convergência desses países face à sua unidade. Fruto do

equilíbrio destas duas forças surge a ASC como meio por excelência do que virá chamar Democracia Cultural a partir de uma evolução das concepções e políticas culturais europeias, de cultura patrimonial (vertical, centrada na conservação e criação do património cultural – com vista a salvaguardar o património cultural e a fomentar o seu desenvolvimento), a democratização cultural (horizontal, centrada na oferta, difusão e distribuição de bens culturais – com vista a facilitar o acesso à cultura «cultura para todos» e democracia cultural (ASC – ativa, criativa e crítica – horizontal, oferta com vista ao desenvolvimento da cultura «cultura por todos»).

Deste modo, conservação e criação de património com vista a sua salvaguarda (cultura patrimonial), oferta, difusão e distribuição (democratização) e ASC (democracia) têm de fazer parte de qualquer política cultural. A estratégia da intervenção cultural contempla predominantemente a democratização (com funções mais seletivas, individualizadora, pelos agentes criadores, artistas, críticos, gestores culturais) e a democracia mais integradora, expressiva e dinamizada pelos participantes do processo cultural.

Não se pode ter um envolvimento de uma determinada população na cultura se esta não está previamente motivada para ela. Por isso a estratégia de intervenção mais idónea para fomentar uma cultura de participação e de desenvolvimento numa comunidade não é outra senão a da Animação Sociocultural. Só através dela se pode motivar e mobilizar uma população determinada a partir da sua própria sociocultura (interesses, valores, necessidades, recursos) para incorporá-la como agente ativo do desenvolvimento. Só a partir daí se poderão abordar as restantes ações socioculturais (criação cultural e disseminação – democratização cultural; e também a criação, conservação e salvaguarda do património – cultura patrimonial).

## **Estatísticas Europeias e Ibero (americanas)**

Nos estudos da PORDATA<sup>x</sup>, contextualizados numa história em que sofremos a guerra colonial, passámos da ditadura à democracia, assistimos à nacionalização e posterior reprivatização dos sectores vitais da nossa economia, aderimos à (agora) denominada União Europeia e introduzimos o euro, o nosso país em 50 anos aumentou o número de residentes - de 8,9 milhões em 1960 para 10,6 milhões em 2008 e nesse mesmo período, diminui a taxa de mortalidade infantil, de quase 80 crianças nascidas por cada mil para cerca de 3, o que nos deixa claramente abaixo da média da União Europeia.

Decidida no Conselho Europeu realizado em 2 de Maio de 1998, para entrar em vigor no dia 1 de Janeiro de 1999, a criação da moeda única europeia virá a revelar-se um dos elementos da maior importância na história seja da União, seja do nosso país (Bessa, Estanque, Villaverde Cabral & Pita Barros, 2013, p. 34).

Os comentários ao estudo <sup>xi</sup> «25 anos de Portugal Europeu» de Augusto Mateus, coordenado por Bessa, Estanque, Villaverde Cabral e Pita Barros (2013) revelam que a melhoria das condições internas não se mostrou suficiente para acompanhar a evolução observada na generalidade dos países da União Europeia, pelo que continuávamos a ser, em 2010, o país da UE27 em que era mais elevada a percentagem da população em idade activa só com o ensino básico, e um dos países da UE27 em que era mais baixa a percentagem da população entre os 30 e os 34 anos de idade com formação a nível de ensino superior completo. O documento acrescenta (Bessa, Estanque, Villaverde Cabral & Pita Barros, 2013, p. 22):

*"A história dos últimos 25 anos pode ser descrita como o resultado de múltiplas tentativas para, de muitos pontos de vista, superarmos a inferioridade das nossas condições de vida. Em muitos casos, a evolução observada, que pode ter sido muito*

*considerável, não chegou, no entanto, para nos assegurar, em 2010, mais do que um lugar mediano, ou mesmo modesto, por comparação com os restantes Estados-membros da UE-27: – é o caso do aumento da afluência a eventos culturais, nomeadamente espectáculos ao vivo sem por isso nos caracterizarmos por um nível particularmente elevado de consumo de bens culturais e de lazer por comparação com os restantes Estados-membros da União Europeia”.*

Note-se que, contudo, numa análise PORDATA, o sector da educação é outro dos que registam melhorias assinaláveis. Há 50 anos, mais de 65% da população com 15 ou mais anos não tinha qualquer nível de escolaridade completo, taxa que reduziu para pouco mais de 9% em 2001. O número de alunos no ensino pré-primário cresceu mais de 40 vezes. Isto ajudará, em parte, segundo os autores (Rosa & Chitas, 2010) a explicar a explosão da apetência dos portugueses por bens culturais, nas suas mais diversas expressões: o número de museus triplicou e o de livros nas bibliotecas passou de cerca de 5 milhões para 32 milhões.

A Europa possui uma grande diversidade linguística com cerca de sessenta línguas faladas, quase todas da família indo-europeia (não incluindo o basco, o húngaro, o finlandês e o estoniano). A maioria dos habitantes fala idiomas do tronco indo-europeu, sendo as línguas mais difundidas as do ramo latino (francês, italiano, castelhano, romeno, português, catalão), germânico (alemão, inglês, neerlandês, norueguês, sueco, dinamarquês, islandês) e eslavo (russo, ucraniano, polaco, servo-croata, checo, búlgaro). A par destes dados podemos referir que os dois países ibéricos, Portugal e Espanha, se encontram também numa plataforma de conexão com o hemisfério sul, designadamente com África e com a América Latina. De destacar que a língua portuguesa é falada em 5 continentes, por cerca de 250 milhões de pessoas, as quais representam cerca de 3,7% da população mundial e detêm aproximadamente 4% da riqueza total.

O português é a 2ª língua mais falada no hemisfério sul (castelhano é a 1ª). O português é a 1ª língua europeia mais falada no mundo, atendendo ao critério de número de falantes como 1ª língua. Se todos os países no domínio das relações internacionais têm vantagens em cooperar, no caso do espaço ibero-americano, as relações culturais são tão óbvias e as vantagens que advêm dessas relações culturais e do património comum também (pelo que os Estados Ibero-americanos construíram, quer do lado Europeu quer do lado da América do Sul e América Central) que torna quase inútil acrescentar quaisquer argumentos para essa mesma cooperação. Temos uma língua, temos um conhecimento comum da nossa História, da Ciência, dos nossos problemas e das necessidades dos cidadãos dos vários países (Lopes, 2013 a).s de língua oficial portuguesa ocupam uma superfície de cerca de 10.8 milhões de quilómetros quadrados, o que equivale a cerca de 7.25% da superfície continental da Terra (sem contar com as zonas económicas exclusivas, domínios marítimos, plataformas continentais, etc.) Em 2007, o conjunto dos países da CPLP ocupava o 8º lugar no PIB mundial. Esta posição tem tendência a subir, graças ao crescimento económico que se tem vindo a verificar em alguns desses Estados, nomeadamente no Brasil, Angola e Moçambique. O português é a 2ª língua mais falada no Hemisfério Sul (o castelhano é a 1ª). O português é a 3ª língua europeia mais falada no Mundo, atendendo ao critério do nº de falantes como 1ª língua. língua oficial portuguesa ocupam uma superfície de cerca de 10.8 milhões de quilómetros quadrados, o que equivale a cerca de 7.25% da superfície continental da Terra (sem contar com as zonas económicas exclusivas, domínios marítimos, plataformas continentais, etc.) Em 2007, o conjunto dos países da CPLP ocupava o 8º lugar no PIB mundial. Esta posição tem tendência a subir, graças ao crescimento económico que se tem vindo a verificar em alguns desses Estados, nomeadamente no Brasil, Angola e Moçambique. O português é a 2ª língua mais falada no Hemisfério Sul (o castelhano é a 1ª).

*"Por vezes há muitas resistências e as boas intenções não saem do papel, não se vislumbra a importância económica. É importante assumir que a cultura tem muita importância económica. A Língua e a Cultura são uma mais-valia muito importante para a Humanidade. E os povos Iberoamericanos e mesmo Europeus ganham nessa valorização, partilha, nessa união de entendimento, já trazida por Cervantes e outros. A Língua Portuguesa une na sua maioria o Hemisfério Sul e milhões e milhões de pessoas"* (Lopes, 2013 b, p.31).

Sobre a União Europeia, podemos acrescentar que com os seus estados membros, é a maior e mais importante entidade política, económica e cultural da Europa. Em Portugal, o Eurobarómetro realizado em Outubro de 2012 concluiu que 59% dos portugueses inquiridos se sentem cidadãos da União Europeia, mas apenas 35% afirma conhecer os seus direitos e somente 36% tem vontade de saber mais a respeito desses direitos. O sentimento de cidadania dos portugueses não é acompanhado pelo conhecimento dos direitos associados à cidadania europeia, nem pela vontade de saber mais a respeito desses direitos.

A concentração populacional da Europa é alta no centro e no oeste e menor a norte e leste. Metade dos europeus vive em cidades pequenas, com até 5 mil habitantes. As grandes cidades onde predomina a multiculturalidade, como Berlim, Londres, Madrid, Moscovo, Paris, Roma e São Petersburgo, concentram uma quarta parte da população.

A União Europeia tem vindo a desenvolver políticas que contribuem para mais eficazmente minorar os riscos do declive<sup>xii</sup> populacional. Iniciativas como o *Livro Verde sobre uma Abordagem Comunitária da Gestão da Migração Económica*<sup>xiii</sup> fazem avançar este debate.

A Comunicação da Comissão de Bruxelas de 16.03.2005, 94, Final, enuncia no âmbito do *Livro Verde Uma nova solidariedade entre gerações face*

às *mutações demográficas* que a Europa conhece alterações demográficas sem precedentes pela sua escala e gravidade<sup>xiv</sup>.

Estas tendências inscrevem-se num quadro mais vasto em que todas as regiões do mundo conhecerão um envelhecimento durante este século. O nosso principal parceiro, os Estados Unidos, verá a população idosa também aumentar de 25,6% entre 2000 e 2025. Na China, por exemplo, este envelhecimento será rápido, com uma diminuição da população a partir de 2025. Por outro lado, na África e no Médio Oriente, tal como na Índia, da-se um envelhecimento muito mais tardio: a população é muito mais nova, com uma idade média de 20 anos ou inferior. A Europa com 761 milhões de habitantes é o único continente onde a população vem diminuindo drasticamente, passando de *Velho Mundo ou Velho Continente a Continente Envelhecido*. As Nações Unidas alertaram para o envelhecimento da população mundial, pela primeira vez, em 1982, na primeira conferência organizada sobre esta questão e da adopção, nessa ocasião, do plano de acção internacional sobre o envelhecimento. Os Conselhos Europeus de Estocolmo 2001 e de Barcelona 2002 salientaram a importância do desafio demográfico na UE. Eis os factos: a população da União deverá crescer ligeiramente até 2025 graças à imigração, antes de começar a decrescer: 458 milhões de habitantes em 2005, 469,5 milhões em 2025 (+2%) e 468,7 milhões em 2030. Entre 2005 e 2030, prevê-se uma perda de 20,8 milhões de pessoas. Estas *mutações demográficas* são fruto de três grandes tendências<sup>xv</sup>: 1. O contínuo prolongamento da vida; 2. O aumento dos efectivos nas gerações (idade superior a 60 anos) prosseguirá até 2030, altura em que as crianças do *baby boom* se tornarão idosos e 3. Uma baixa natalidade persistente. As gerações do *baby boom* tiveram menos filhos do que as anteriores.

Tal como foi salientado pelo *Livro<sup>xvi</sup> Verde da Comissão*, poderão ser cada vez mais necessários fluxos migratórios para dar resposta aos requisitos de mão-de-obra e assegurar a prosperidade da Europa.

Criado em Janeiro de 2001, o Programa Escolhas (PE), de âmbito nacional, tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros, e fundido no Alto

Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, tem como finalidade promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, em particular dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Tendo em consideração o risco acrescido de exclusão social dos públicos-alvo, nomeadamente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, para a prossecução da sua missão, o PE estabelece como áreas prioritárias de intervenção a Inclusão Escolar e Educação Não-Formal, a Formação Profissional e a Empregabilidade, a Dinamização Comunitária e Cidadania, a Inclusão digital, o Empreendedorismo e Capacitação (Santos, 2013).

Também a resolução n.º 34/2013 recomenda ao Executivo a valorização e o reconhecimento efetivo da educação não formal e da aprendizagem ao longo da vida. No quadro da participação social e as suas relações com a conscientização de Paulo Freire, a participação exerce as suas virtudes, quando permite o crescimento dos indivíduos para estados de conscientização que geram novos ciclos participativos ao mesmo tempo que permitem que sejam enfrentados novos desafios de complexidade superior.

A aprendizagem ao longo da vida destaca-se enquanto estratégia de coesão social, de integração e inclusão nesta nova sociedade do conhecimento, na medida em que proporciona aos indivíduos um melhor controlo da sua vida pessoal, profissional e colectiva, condição para um contributo eficaz no progresso social e económico da comunidade. Neste sentido, a educação de adultos surge também como capaz de responder à exigência de produção permanente da socialização assim como da requalificação dos cidadãos, apostando numa responsabilidade social de toda a comunidade para este processo. Concluindo podemos referir que as práticas positivas de participação trazem mútuos benefícios (Galinha, 2008).

A ASC e a ES devem desenvolver estratégias adequadas, pois a educação é importante para o bem-estar social participativo através da realização de

acções que visam a implicação de pessoas em torno dos projectos inclusivos, culturais e educativos (Ander-Egg, 1982; 2000).

## **Justificação do Estudo e Metodologia**

Segundo Turner (1993), a cidadania pode ser definida como um conjunto de práticas (jurídicas, políticas, económicas e culturais) que definem uma pessoa como membro psicossociológico da sociedade. Nesta concepção, cidadania é definida como práticas, para além da dicotomia direitos e deveres. Esta ideia sobre as *práticas* permite uma atenção nas bases que a fundamenta: o contexto de cidadania. Também a resolução n.º 34/2013 recomenda ao Executivo a valorização e o reconhecimento efetivo da educação não formal e da aprendizagem ao longo da vida. No quadro da participação social e as suas relações com a conscientização de Paulo Freire, a participação exerce as suas virtudes, quando permite o crescimento dos indivíduos para estados de conscientização que geram novos ciclos participativos ao mesmo tempo que permitem que sejam enfrentados novos desafios de complexidade superior. A aprendizagem ao longo da vida destaca-se enquanto estratégia de coesão social, de integração e inclusão nesta nova sociedade do conhecimento, na medida em que proporciona aos indivíduos um melhor controlo da sua vida pessoal, profissional e colectiva, condição para um contributo eficaz no progresso social e económico da comunidade. Neste sentido, a educação de adultos surge também como capaz de responder à exigência de produção permanente da socialização assim como da requalificação dos cidadãos, apostando numa responsabilidade social de toda a comunidade para este processo.

A Animação Turística tem ganho importância no âmbito da actividade turística, facto que se justifica pelas técnicas que são utilizadas que visam potenciar e fomentar um turismo que leva as pessoas a participarem crítica e informadamente. Pretende-se que a animação turística, central nesta nossa

intervenção, origine processos participativos e criativos, de optimize recursos humanos e outros, promova interacção social e potencie o desenvolvimento social e pessoal, tentando sempre que a pessoa se auto-desenvolva através das aprendizagens activas, sendo o seu aspecto fundamental o envolvimento com as pessoas e com o meio, através do qual se dá um desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental. A Animação Turística não pode ignorar dados sobre os contextos de intervenção nomeadamente: caracterização geográfica, estatuto jurídico e administrativo, os valores naturais e biológicos, os principais factores de risco património natural, a caracterização socioeconómica, os recursos humanos e as condições de vida, acessibilidades, modalidades de turismo natureza ou urbano, desenvolvimento local, princípios orientadores do turismo sustentável, potencialidades e recursos.

Neste âmbito, consideramos adequado referenciar, como boa prática, uma intervenção, sob a forma de desenho e implementação de um projecto. A Animação Turística tem ganho importância no âmbito da educação, facto que se justifica pelas técnicas que são utilizadas que visam potenciar e fomentar um turismo que leva as pessoas a participarem crítica e informadamente, na descoberta de locais, sítios e monumentos que visitam e pode ser definida como um conjunto de acções estratégicas e técnicas direccionadas a motivar, promover e facilitar a participação do turista no desfrute do seu tempo dentro da memória patrimonial e recursos ambientais. É um motor da economia. Exige por sua vez uma especial atenção para as relações humanas, actividades lúdicas e convivência.

A metodologia de investigação-acção apresenta como elemento fundamental da estratégia de conhecimento a relação entre o cientista e o objecto de estudo. Assim, nas dimensões de pesquisa-acção, já traduzida frequentemente por pesquisa operacional (pesquisa, formação, acção), numa conscientização de Paulo Freire, encontramos a tríade: Acção: Mudança social; Investigação: Procura de dinâmicas sociais e intencionalidades e Formação: Mobilizadora de capacidades cognitivas relacionais.

Defendemos, nesta óptica, que a metodologia utilizada nos projectos e processos de mudança social seja a Investigação-Acção, onde a acção e a participação são realizadas em simultâneo, encontrando-se interdependentes. É uma teoria de acção, promotora da mudança social, que contribuiu para a o aprender a aprender, para a consciência da comunidade, para a melhoria da qualidade de vida e para a resolução de problemas. Entendemos que este conhecimento só é produzido com a participação dos actores implicados no processo de mudança (investigador colectivo). Acrescentamos que na Investigação-Acção, os sujeitos possuem e podem produzir conhecimentos válidos para a sua vida e da comunidade assumindo-se como agentes responsáveis na sua conduta. Os princípios orientadores desta metodologia são, deste modo, a implicação de todos os sujeitos, a capacitação e emancipação dos indivíduos e dos grupos e a criação de condições de responsabilização, utilizando os recursos existentes desenvolvendo-os. É nosso entendimento que esta metodologia é detentora de inúmeras potencialidades, quer pela sua flexibilidade e procura de adequação de estratégias ao contexto, objectivos e finalidade, quer porque permite que este seja um processo participativo, desenvolvendo o saber através da acção e reflexão.

Assim, a Pedagogia Social inclui a intervenção socioeducativa. O termo intervenção define-se como acção e efeito de intervir, planificar e dirigir o exercício de actividades num contexto concreto. A acção refere-se à actividade, à actuação, ao exercício, à mediação, à transformação e à participação. Podemos definir a intervenção socioeducativa como a acção intencional e sistemática que tem como finalidade incidir numa situação ou processo concreto, a fim de promover determinados efeitos de melhoria nos seus participantes, assim como na comunidade. Trata-se de um processo de interferência e influência da transformação educativa e social, orientada para a construção de realidades que procurem a auto realização colectiva. Portanto, a qualidade da intervenção socioeducativa está estreitamente vinculada ao acerto

para suscitar a acção auto-estruturante nos participantes, não só como agentes de resposta, mas, fundamentalmente como agentes de propostas sobre si.

A complexidade social e a diversidade das formas de o entender foram produzindo metodologias diversas. A planificação contém em si mesma um duplo sentido (Perez Serrano, 2008): a) Planificação como processo que implica a coordenação de diferentes planos e b) Planificação enquanto divisão de um plano em programas e projectos. Preconizamos os seguintes cinco princípios gerais de planificação: 1. Princípio da continuidade: deve ser consequente e flexível; 2. Princípio da reversibilidade: deve tomar a possibilidade da revisão das decisões; 3. Princípio da precisão: a formulação inequívoca é a condição para a reversibilidade da planificação; 4. Princípio da ausência da contradição; 5. Princípio de adequação; traduzidos numa coerência dos elementos que integram a planificação; funcionalidade ao serviço da finalidade diagnosticada; equilíbrio na rede de actuações; flexibilidade para reajustamentos e operacionalização; pertinência e economia de recursos de acordo com os fins previstos (recursos temporais, humanos, materiais e financeiros).

O sucesso de projecto depende da participação de suas partes interessadas e por isso é necessário assegurar que suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas (Galinha, 2008). Deste modo, pretendem-se intervenientes, com papéis específicos, e agentes, mais do que público-alvo, destinatários ou beneficiários. O envolvimento de todos os intervenientes não maximiza necessariamente o processo, mas permite encontrar um equilíbrio de forças e minimizar os riscos e os impactos negativos na execução desse processo. Partilhamos Ander-Egg (1982, 2000), onde para formular um projecto, em nove dimensões, significa responder a uma série de perguntas, num ponto de vista operativo, onde a participação social é a chave: Natureza do projecto: O quê (se quer fazer); Origem e fundamento: Porquê (se quer fazer); Finalidade e Objectivos: Para quê (se quer fazer); Metas e Calendarização: Quanto e quando (se quer fazer); Localização física: Onde (se quer fazer); Actividades e tarefas a realizar: Como (se quer fazer); Recursos

humanos: Quem (o vai fazer); Recursos materiais: Com que (se vai fazer); Recursos financeiros: Com que (se vai custear). Nas fases para a elaboração de um projecto social, defendemos: um diagnóstico (*input*) de detecção de necessidades, estabelecimento de prioridades, fundamentação do projecto, com selecção de instrumentos e técnicas, delimitação do problema e da localização do projecto, finalidade, objectivos, previsão de população/ agentes/ participantes / *stakeholders*, planificação de actividades, estratégias, recursos, parcerias, metas, cronograma e avaliação.

O diagnóstico permite não só identificar os problemas/necessidades, como os recursos e as potencialidades do meio de intervenção, sendo a forma mais correcta e eficaz de direccionar uma intervenção. Entendemos que realizar o diagnóstico significa identificar as mudanças sociais que decorrem em determinada problemática. O diagnóstico pretende definir as relações causais ou influentes. A análise SWOT (acrónimo de *forças (Strengths)*, *fraquezas (Weaknesses)*, *oportunidades (Opportunities)* e *ameaças (Threats)*) usada é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo a base para o planeamento estratégico e gestão de projecto. A análise SWOT é um sistema simples para posicionar ou verificar a posição estratégica no ambiente social em questão e é creditada a Albert Humphrey, líder de um projecto de pesquisa na Universidade de Stanford nos anos 60. De referir que a ideia da análise SWOT já era utilizada há mais de três mil anos: *Concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, agarre as oportunidades e proteja-se contra as ameaças* (Sun Tzu, 500 a.C.). O diagnóstico social elaborado considerou um elevado levantamento ao nível dos funcionamentos nestes quatro domínios SWOT. No processo de diagnóstico e tendo em vista delinear um plano de acção, procedemos a um processo de observação e pesquisa. O processo de observação é uma fase onde "*são reunidas numerosas informações*" (Quivy & Campenhoudt, 1998), podendo ocorrer de duas formas: *Directa e Indirecta*. Desta forma, após um processo de observação, elaboração e construção de um diagnóstico e matriz de SWOT, e

transpondo para as actividades, identificámos a necessidade de proporcionar uma visita dinâmica dentro da cidade de Lisboa, onde os participantes, cidadãos de várias nacionalidades pudessem conviver, conhecer novos locais, histórias, monumentos e museus. As análises SWOT não podem ser desenvolvidas sem terem em conta uma pluralidade de horizontes de observação, foi o que tivemos em conta: assentou num processo de escuta activa da realidade social; foi organizado para a formalização da intervenção, aplicação dos instrumentos e avaliação; aberto e flexível; adoptou transversalmente a assertividade e a responsabilidade e implicou uma reflexão séria sobre o problema social que se pretende melhorar. O controlo praxiológico foi realizado pelo confronto entre a descrição, a explicação e a interpretação dos resultados da acção. Defendemos uma retroalimentação permanente entre o diagnóstico; planificação; aplicação; avaliação e revisão.

Para a aplicação do plano de actividades, para o concretizar dos objectivos delineados é necessário garantir um conjunto de recursos, nomeadamente, Recursos Humanos, Recursos Materiais, Recursos Financeiros e Recursos Espaciais/Infra-estruturas: Segundo Espinoza os recursos humanos descrevem *"a quantidade e qualidade das pessoas que são necessárias para a execução das actividades que o projecto contempla"* (Perez Serrano, 2008, p.73), sendo necessário definir os mesmos, de acordo com a sua experiência e formação para as diferentes actividades a realizar. Os recursos materiais de um plano de intervenção são essenciais para a aplicação das diferentes actividades, pois caso exista uma limitação ou défice dos mesmos, poderá comprometer a concretização do plano de actividades, sendo importante existir uma valorização e aproveitamento dos recursos materiais existentes no contexto. O espaço e todos os equipamentos identificados numa intervenção constituem um instrumento básico para a aplicação do mesmo. Com o plano de actividades delineado, procedemos à sua implementação. Ao longo do processo o grupo de trabalho realizou várias sub-actividades. Num plano de intervenção é imprescindível um processo de avaliação das diferentes etapas do mesmo,

*"é um processo de reflexão que permite explicar e avaliar os resultados das acções realizadas. A avaliação permite-nos reconhecer os erros e os sucessos da nossa prática, a fim de corrigir aqueles no futuro. É uma perspectiva dinâmica que nos permite reconhecer os avanços, os retrocessos e os desvios no processo de consolidação e que nos situa na etapa em que nos encontramos com os seus reptos e tarefas, as suas luzes e as suas sombras"* (Perez Serrano, 2008, p.81).

No âmbito de uma avaliação final da acção, contemplou-se uma dinâmica avaliativa com a população-alvo, com a finalidade de conhecer a opinião da mesma na aplicação e execução das diferentes actividades. Em suma, verifica-se que este mesmo processo interactivo entre todas as entidades envolvidas na execução da intervenção. Em educação, a avaliação tem uma função diagnóstica, predictiva, orientadora e de controlo. O dispositivo de avaliação é essencialmente democrático, aberto e participativo, sendo um processo de aprendizagem e cognição, estimulando a reflexão dos intervenientes do processo. A avaliação nos projectos de intervenção social deverá ser considerada como um elo de ligação entre a acção, a ética, a perspectivação, num processo colectivo, a aprendizagem contínua, a optimização das intervenções desenvolvidas, a confiabilidade, a fiabilidade, a validação e a utilidade. A avaliação está consagrada no princípio da utilidade, tendo os seguintes horizontes implícitos: 1) Fomentar a análise prospectiva; 2) Facilitar o processo de tomada de decisões para melhorar ou modificar o projecto ou programa e 3) Medir o grau, relativamente ao projecto ou programa, de pertinência, exequabilidade, adequabilidade, equidade, eficiência, eficácia e idoneidade. Na avaliação devemos ter em conta: *Quem deve avaliar? Qual deve ser o objecto da avaliação? Qual o âmbito da avaliação? Para que serve a avaliação? Que quadro de referência tem a avaliação?*

Concluindo podemos referir que as práticas positivas de participação trazem mútuos benefícios (Galinha, 2008). A ASC deve desenvolver estratégias

adequadas, pois a animação é importante para o bem-estar social participativo através da realização de acções que visam a implicação de pessoas em torno dos projectos inclusivos, culturais e educativos (Ander-Egg, 1982; 2000). Estamos certos, na actualidade, do significado polissémico da expressão Animação Turística (Galinha, 2009) pois entra no mundo das memórias, da identidade, da mitificação, do humano, da coesão e inclusão. Deve manifestar-se num conjunto de actividades que se traduzam na ocupação dos tempos livres dos cidadãos contribuindo para a divulgação da paisagem humanizada e valorização da cultura.

### **Referências**

Ander- Egg, Ezequiel (2000). *Metodologia y Práctica del Desarrollo de la Animación Sociocultural*. Madrid. Editorial CCCS.

Ander-Egg, Ezequiel (1982). *Metodologia y Práctica del Desarrollo de la Comunidad*. Mexico: El Ateneo.

Bessa, Daniel; Estanque, Elísio; Villaverde Cabral, Manuel & Pita Barros, Pedro (2013). *Comentários ao Estudo «25 anos de Portugal Europeu»* de Augusto Mateus (Coord.). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados (AM&A). ISBN: 978-989-8662-22-4.

Castells, Manuel (1999). *O Poder da Identidade*. São Paulo: Terra e Paz.

Cortina, Adela (1999). *Ciudadanos del mundo. Hacia una teoría de la ciudadanía*. Madrid: Alianza Editorial.

Cuenca Cabeza, Manuel (2006). Animação: novos tempos. In A. N. Peres & M.S. Lopes *Animação, Cidadania e Participação* (pp. 126-139). Chaves: APAP – Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia.

Galinha, Sónia Alexandre (2013). Keynote. *Actas da Conferência Iberoamericana Sociedade Cultura & Cooperação: Centralidades e Periferias*. Lisboa: Nodo Lisboa RIA – Rede Iberoamericana de Animação Sociocultural. ISBN 978-989-20- 3987-9.

Galinha, Sónia Alexandre (2010). Criar – Comunicar – Participar Com Adultos e Idosos para uma Pedagogia dos Afectos. Santarém: Imprinove. ISBN 978-989-20-2031-0.

Galinha, Sónia Alexandre (2009). As Viagens no Contexto da Animação Turística. In Peres, A. N. & Lopes, M. S. *Animação Turística*. (pp. 53-66). Chaves: APAP – Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia. ISBN 978-972-99943-2-6.

Galinha, Sónia Alexandre (2008). IP Interhealth – enhancing the quality and the impact of health promotion within higher education: International cooperation, experience and success in Europe. Intercultural Dialogue – Experience and Perspectives. *Journal of the Comenius Association*. pp 20-21, nº17.

Lopes, José Manuel Amaral (2013a). Keynote do Presidente da Comissão de Honra da Conferência Sociedade, Cultura & Cooperação. *Actas da Conferência Iberoamericana Sociedade Cultura & Cooperação: Centralidades e Periferias*. Lisboa: Nodo Lisboa RIA – Rede Iberoamericana de Animação Sociocultural. ISBN 978-989-20- 3987-9.

Lopes, José Manuel Amaral (2013b). Sessão Inaugural - Abertura pelo Presidente da Comissão de Honra da Conferência Sociedade, Cultura &

Cooperação. *Actas da Conferência Iberoamericana Sociedade, Cultura & Cooperação: Centralidades e Periferias*. Lisboa: Nodo Lisboa RIA – Rede Iberoamericana de Animação Sociocultural. ISBN 978-989-20- 3987-9.

Petrella, Ricar (2002). *O bem comum*. Porto: Campo das Letras.

Wolkmer, António Carlos (2007). Pluralismo, justiça e legitimidade dos novos direitos. *Revista Seqüência*, no 54, p. 95-106, jul. 2007.

Peres, Américo Nunes (2007). Animação, Direitos Humanos e Participação. In Peres, A. N. & Lopes, M. S. *Animação Sociocultural – Novos Desafios*. (pp. 15-26). Chaves: APAP – Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia. ISBN 978-972-99943-1-9.

Perez Serrano, Gloria (2008). *Elaboração de Projetos Sociais – casos práticos*. Coleção Educação e Trabalho Social, nº7. Porto: Porto Editora

Rosa, Maria João Valente & Chitas, Paulo (2010). *Portugal: os números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Santos, Júlia (2013). A importância da Educação Não-Formal na promoção da inclusão social: O Plano de Formação dos Dinamizadores Comunitários do Programa Escolhas. *Actas da Conferência Iberoamericana Sociedade Cultura & Cooperação*. Lisboa: Nodo Lisboa RIA – Rede Iberoamericana de Animação Sociocultural. ISBN 978-989-20- 3987-9.

Turner, Br. (1993). *Citizenship and Social Theory*. London: Sage Publications.

Valente, José Carlos (2010). *Para a História dos Tempos Livres em Portugal da FNAT à INATEL (1935-2010)*. Lisboa: Edições Colibri. ISBN 978-989-689-054-4.

língua oficial portuguesa ocupam uma superfície de cerca de 10.8 milhões de quilómetros quadrados, o que equivale a cerca de 7.25% da superfície continental da Terra (sem contar com as zonas económicas exclusivas, domínios marítimos, plataformas continentais, etc.) Em 2007, o conjunto dos países da CPLP ocupava o 8º lugar no PIB mundial. Esta posição tem tendência a subir, graças ao crescimento económico que se tem vindo a verificar em alguns desses Estados, nomeadamente no Brasil, Angola e Moçambique. O português é a 2ª língua mais falada no Hemisfério Sul (o castelhano é a 1ª).

Ventosa Perez, Victor Juan (2007). A Animação Sociocultural na Europa. In Peres, A. N. & Lopes, M. S. *Animação Sociocultural – Novos Desafios*. (pp. 201-216). Chaves: APAP – Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia. ISBN 978-972-99943-1-9.

Ventosa Perez, Victor Juan (2002). *Fuentes de la Animación Sociocultural en Europa*. Madrid: CCS.

**COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:** Galinha, Sónia ; (2014); *Construção europeia, identidade e participação para a qualidade de vida*; en <http://quadersanimacio.net>; nº 20, julio de 2014; ISSN: 1698-4404

i <http://www.anoeuropseudoscidadaos.gov.pt/documents/11406/14661/RCM+Ano+Europeu+dos+Cidad%C3%A3os/08bc3cd2-9d42-4b1e-b718-fbd5e59ed8a9>

ii [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=1917&p\\_est\\_id=5300](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1917&p_est_id=5300)

<http://www.anoeuropseudoscidadaos.gov.pt/documents/11406/14661/RCM+Ano+Europeu+dos+Cidad%C3%A3os/08bc3cd2-9d42-4b1e-b718-fbd5e59ed8a9?version=1.0>

<http://www.anoeuropseudoscidadaos.gov.pt/sobre-o-ano-europeu>

[http://europa.eu/legislation\\_summaries/employment\\_and\\_social\\_policy/situation\\_in\\_europe/c10160\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/situation_in_europe/c10160_pt.htm)

[http://ec.europa.eu/portugal/pdf/informa/publicacoes/brochura\\_mais\\_cidadao\\_2013\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/portugal/pdf/informa/publicacoes/brochura_mais_cidadao_2013_pt.pdf)[http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MAI/Documentos/Pages/20081209\\_MAI\\_Doc\\_Imigracao.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MAI/Documentos/Pages/20081209_MAI_Doc_Imigracao.aspx)

[http://si.ese.ipsantarem.pt/ese\\_si/web\\_gessi\\_docs.download\\_file?](http://si.ese.ipsantarem.pt/ese_si/web_gessi_docs.download_file?)

[p\\_name=F1113620664/comenius\\_article\\_Intensive\\_Programme\\_Interhealth.pdf](http://si.ese.ipsantarem.pt/ese_si/web_gessi_docs.download_file?p_name=F1113620664/comenius_article_Intensive_Programme_Interhealth.pdf)

iii <http://ipmemories.blogspot.pt/>

<http://ipmemories.blogspot.pt/2012/07/sonias-reflexion-part-i.html>

<http://ipmemories.blogspot.pt/2012/07/sonia-galinhas-reflexion-part-ii.html>

iv [http://europa.eu/legislation\\_summaries/culture/l29019\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/culture/l29019_pt.htm)

v Presidido por Portugal. *O Grupo de Trabalho dedicado às Indústrias Culturais e Criativas* tem vindo a debruçar-se sobre as potencialidades das indústrias culturais e criativas.

vi Nesta quinta prioridade foram constituídos os seguintes subgrupos: 1. Contexto (impulso à criatividade, cultura e políticas sectoriais, cooperação internacional), 2. Uso (digitalização, questões relativas à propriedade intelectual e patentes, novas formas de utilização da cultura, competitividade, mercado interno e indústrias criativas) 3. Método (condições financeiras, empreendedorismo e capacidades de gestão, promoção das exportações, incubadoras e hubs, 4. Conteúdo (educação e competências, formação e desenvolvimento de capacidades, clustering, iniciativas locais e regionais e colaborações, incluindo o turismo cultural). Um dos objectivos estratégicos identificados na Agenda Europeia para a Cultura é a promoção da cultura como elemento vital nas relações internacionais da União pelo que, um dos objectivos específicos visando a concretização daquela finalidade maior, é a de promover a Convenção da UNESCO sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e contribuir para a sua implementação a nível internacional. Daí que, no Plano de Trabalho para a Cultura 2008-2010, esta questão constitua a Prioridade 5: promover e implementar a referida Convenção.

vii A UNESCO é a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization). Foi criada em 1945, com a adopção do Acto Constitutivo a 16 de Novembro. O seu principal objectivo é o de contribuir para a paz, desenvolvimento humano e segurança no mundo, promovendo o pluralismo, reconhecendo e conservando a diversidade, promovendo a autonomia e a participação na sociedade do conhecimento. Tem sede em Paris e dispõe de escritórios regionais e nacionais em vários países. Tratando-se de uma agência especializada das Nações Unidas, as suas línguas oficiais são o inglês, o francês, o espanhol, o russo, o árabe e o mandarim.

A UNESCO é a única Organização do sistema das Nações Unidas em relação à qual se prevê a criação de Comissões Nacionais nos Estados-membros. Dos actuais 190 Estados-membros e 6 Estados associados, 190 têm Comissões Nacionais, na tutela dos Governos respectivos e que visam pôr em prática os objectivos da Organização no país, de acordo com a Carta das Comissões Nacionais. As Comissões Nacionais têm uma estrutura dirigente que compreende um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário-Geral. A designação deste último cargo pode variar. A Comissão Nacional portuguesa tem um Presidente e um Secretário Executivo. Portugal aderiu à UNESCO em 1965, tendo depois abandonado a Organização e reentrado em 11 de Setembro de 1974.

[http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul\\_tema.php?t=14](http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=14)

viii A FNAT é criada a 13 de junho de 1935, num contexto histórico em que, ao entrar na segunda metade da década de 30, após as convulsões de clarificação e de institucionalização, o Estado Novo vai assumir o essencial da configuração que há-de perdurar até 1974. (...) De 1 a 16 de junho de 1935 celebram-se as Festas da Cidade de Lisboa. (Valente, 2010, p.34). A criação da FNAT em 13 de junho de 1935 é também um efeito das iniciativas em projeto pelo Sindicato dos bancários e outros nomeadamente a colónia de férias aprovada entre Dezembro de 1934 e janeiro de 1935. Valente, 2010, p. 36).

ix Significa «depois do trabalho», e título de um jornal italiano na década em 1923. Mario Giani é o gerente da filial da Westinghouse Corporation.

x <http://www.ffms.pt/ensaio/26/portugal-os-numeros>

Portugal: os números de Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas (2010). Portugal: os números. Estatística das últimas décadas. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

xi Interessante estudo de '25 anos de Portugal Europeu' disponível em

<http://www.ffms.pt/upload/docs/83df0f51-1474-4c08-9b71-1cceda4414c6.pdf>

xii Uma Europa para todas as Idades - COM(1999) 221, de 25.5.1999; Resposta da Europa ao Envelhecimento da População Mundial - COM(2002) 143 de 18.3.2002.

xiii [http://europa.eu/documentation/official-docs/green-papers/index\\_pt.htm](http://europa.eu/documentation/official-docs/green-papers/index_pt.htm)

xiv <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52005DC0094:PT>

xv Relatório presidido por Wim Kok, importância do desafio demográfico para a Estratégia de Lisboa.

xvi O Conselho Europeu de Salónica, em Junho de 2003.